



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - TJ/AM/SECOP/DVCOP**

**Estudo Técnico Preliminar - DVCOP**

**Responsável pela elaboração: Thais Senra Velloso Zacaron e Thiago Lima dos Santos**

**Categoria do Objeto:** Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação prevista no do art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/21, art. 6º, Inciso XIII, “ aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”

### **1. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Na manifestação de número 1357406, a EJUD informa que a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2024, aprovado pela Resolução nº 52, de 16 de outubro de 2023, citando o documento SEI de nº 1345094.

A inclusão no Plano de Contratação Anual 2024 encontra-se contemplada no Código DVCOP-2024-39 – Ações de Capacitação EJUD. Podendo ser consultado através do link: <https://bit.ly/pca2024>

### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Oferecimento de curso de Especialização em Atenção Psicossocial e Direitos Humanos aos servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Conforme apontado pela Escola Judicial - EJUD, documento SEI nº 1081448, as equipes de Serviço Social e Psicologia realizam assessoramento teórico-metodológico e operativo que auxiliam instâncias da instituição, como oferta de subsídio à Magistratura, em questões que envolvam conhecimentos de Serviço Social e de Psicologia, e prestação de serviço direto aos jurisdicionados no âmbito autocompositivo e demais práticas afirmativas relacionadas aos meios adequados de solução de conflitos.

A atenção psicossocial e os direitos humanos correspondem a importantes temas de conhecimento teórico e prático para quem atua e/ou se interessa pelo contexto da justiça e dos direitos. Apesar da inegável relevância desses temas percebe-se, em geral, o pouco investimento dos cursos de graduação na área. As demandas crescentes direcionadas aos profissionais da Psicologia, do Serviço Social, do Direito, da Educação, e da Saúde que atuam na interface com o contexto jurídico tem exigido, cada vez, mais conhecimentos sobre conflitos familiares, aspectos protetivos e socioeducativos relativos à garantia de grupos vulneráveis, intervenções em contextos de violências, métodos não adversariais de solução de conflitos, entre outras situações complexas. A interação de diversos campos de saber-fazer com o contexto da justiça e dos direitos implica a busca por um diálogo interdisciplinar que promova perspectivas éticas, técnicas, críticas e contextualizadas sobre os fenômenos psicológicos e sociais e suas relações no âmbito das práticas profissionais.

Em virtude da alta exigência relacionada à subjetividade dos casos, existem, na atualidade, aglutinamento de demandas que geram obstáculos à celeridade processual. Dado este motivo, propõe-se capacitação sobre atenção psicossocial, na interface com os direitos humanos, a fim de qualificar os servidores que trabalham com esse tipo de assistência.

A presente contratação deverá obedecer ao disposto nas seguintes normas, no que couber:

- a) Lei 14.133/21 e suas alterações;
- b) Resolução nº 64/2023 TJ-AM, de 05 de dezembro de 2023;
- c) Guia Prático de Critérios de Sustentabilidade para Compras no TJAM – 2022

### **3. UNIDADE DEMANDANTE**

EJUD- TJAM

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Consistem em requisitos necessários à contratação com vistas ao atendimento da necessidade especificada.

A referida solução não possui natureza continuada, pois trata-se de uma demanda de caráter temporário em atendimento às finalidades previstas nos incisos I e II do art. 4º c/c inciso IX do art. 13º da Lei Complementar nº 237 de 1º de dezembro de 2022, conforme apontado pela EJUD no documento SEI nº 1138580.

A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em estrita conformidade com as diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no art. 225 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a empresa contratada deverá, sempre que viável, observar as normas vigentes relacionadas à sustentabilidade ambiental e aderir às melhores práticas delineadas no Guia Prático de Critérios de Sustentabilidade para Compras no TJAM - 2022 durante a execução dos serviços.

Recomenda-se que a contratada deverá cumprir as cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência.

Recomenda-se exigir da contratada um programa interno de treinamento visando a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos.

Materiais de divulgação devem, preferencialmente, ser utilizados em formato digital, como forma de evitar o gasto desnecessário com papel e impressão.

No caso de produtos que possuam plástico em sua composição, como canetas e outros, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou reciclável.

Para todos os materiais de expediente, recomenda-se exigir que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis.

A vigência da presente contratação será de 36 (trinta e seis) meses, conforme sugerido pela EJUD em sua Manifestação (SEI nº 1138580).

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A lei n.º 14133/21, em seu art. 75 reconhece a existência de exceções às regras de contratação ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Deve-se ressaltar que a Lei mencionada prevê a dispensa de licitação para a contratação de instituição brasileira de ensino, nos seguintes termos:

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

(...)

*XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;;*

Além disso, em manifestação feita pela EJUD (documento SEI nº 1138580), informa a realização de pesquisa pelo Grupo de Estudos da EJUD, compostos por servidores do TJAM das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, onde fora identificado que o tema *Atuação no Sistema de Justiça* é o lócus de interesse primário dos analistas judiciários dessas áreas específicas da instituição. A partir disso, houve nítida preocupação em buscar um curso de especialização que:

- comporte em sua matriz curricular conteúdos basilares relacionados às atuações profissionais das três áreas, bem como inclua a possibilidade de participação de operadores do Direito. O conteúdo programático apresentado no projeto de curso (ID 1242201) evidencia a abrangência dos conteúdos propostos;
- possa ser realizado em formato semipresencial (EaD) síncrono com módulos presenciais), conforme inciso III do artigo 2º da Portaria nº 4318 de 06 de dezembro de 2022, de forma a alcançar os servidores do interior do Amazonas;
- contenha quadro docente com pesquisadores de reconhecida expertise no campo da interface com o Sistema de Justiça, a partir da constatação da produtividade acadêmica registrada em seus currículos lattes.

Ainda no referido documento, complementa que, após consulta das ofertas disponíveis, concluiu-se que apenas a proposta de especialização anexada aos autos no documento SEI nº 1242201, se enquadra nos três itens, não sendo encontrados programas de outras Instituições de Ensino ofertantes com cursos semelhantes. Por tratar-se de curso de natureza singular, considerando a especificidade da contratação, indica que a celebração de instrumento contratual, caso possível, seja realizada mediante contratação direta por dispensa de licitação, de acordo com legislação específica adotada por esta Corte.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Consiste em oferecimento de Curso de Especialização em Atenção Psicossocial e Direitos Humanos (*Lato Sensu*).

O curso de especialização deverá contribuir para o fortalecimento da prestação jurisdicional no interior do Amazonas por meio das seguintes estratégias:

- oferecimento de disciplinas e seminários que abordarão temas referentes às realidades locais do estado do Amazonas;
- qualificação das práticas profissionais dos servidores, técnicos e demais integrantes do quadro institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;
- elaboração de produtos (nas disciplinas e no trabalho final do curso) que servirão para aprimorar as práticas profissionais e promover acesso à Justiça e garantia de direitos.

O curso terá carga horária de 360 horas.

O curso terá o início previsto em agosto de 2024 e término em julho de 2026.

A modalidade do curso será online, com seminários presenciais (36h), sendo realizado às sextas-feiras, das 18h00 às 22h00, e sábados, das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00 (horário de Brasília), com previsão de 24h mensais de aula síncrona.

Conforme apontado no item 7, o número de vagas será de 50 (cinquenta) participantes.

Objetivo Geral: oferecer conhecimentos sobre atenção psicossocial e direitos humanos às/aos profissionais que atuam no campo da justiça e dos direitos, promovendo uma formação ética, técnica e crítica com enfoque interdisciplinar e no trabalho em rede.

Objetivos Específicos: a) Capacitar as/os profissionais frente à compreensão dos processos legais e como estes impactam na produção de subjetividade no contexto sociojurídico; b) Promover a construção de estratégias qualificadas de intervenção nos diferentes espaços que constituem o campo da justiça e dos direitos; c) Potencializar a análise crítica e reflexiva sobre as práticas e a produção de conhecimentos dos fenômenos psicológicos e sociais e suas relações nos âmbitos jurídico, sociojurídico e psicossocial.

Os públicos alvos serão profissionais da Psicologia, do Serviço Social, do Direito, da Educação e demais profissionais interessados pelo campo da justiça e dos direitos.

Os conteúdos serão divididos da seguinte forma:

Datas	Conteúdo	Formador (a)
Ago e set 24	Diálogos interdisciplinares no campo da Justiça e dos direitos humanos	Dra. Renata Ghisleni de Oliveira
Out 24	Políticas públicas, cidadania e acesso a direitos	Ma. Melina Miranda
Nov e dez 24	Direitos Humanos e democracia	Dra. Maressa Miranda
Fev e mar 25	Métodos consensuais e práticas restaurativas para resolução de conflitos	Ma. Adriana Borghi
Abr e mai 25	Criminologia crítica	A definir
Jun 25	Proteção e reparação para vítimas de crimes e atos infracionais	A definir
Jun e jul 25	Intervenções com mulheres em situação de violência e autores/as de violência no âmbito da Lei Maria da Penha	Dra. Cláudia Natividade
Ago 5	População em situação de rua, violências e vulnerabilidades.	A definir
Set e out 25	Infância, juventude e subjetivação: interfaces psicossociais e jurídicas.	Dra. Gabriela Gramkow
Nov 25	Imigração e refúgio no campo psicossocial e jurídico	A definir
Nov 25	Drogas, subjetividades e Direitos Humanos: por uma ação ético política	A definir
Dez 25	Prevenção e enfrentamento do assédio moral, assédio sexual e discriminação no trabalho	A definir
Fev 26	Avaliação e perícia psicológica e psicossocial forense	Ma. Denise Salim
Mar e abr 26	Famílias e suas complexidades	A definir

Mai e Jun 26	Perspectivas antimanicomiais e políticas de cuidado no Sistema de Justiça	Ms. Fabrício Ribeiro Ma. Luciana Arbeli
Jun e jul 26	Desenvolvimento de tecnologias educacionais nas práticas profissionais	Dr. Flávio Luís Rodrigues Sousa
Ago 24 Mar 25 Jul 26	Seminários presenciais (24h)	Dra. Renata Ghisleni de Oliveira, Dra. Cláudia Natividade
A definir	Seminários virtuais/ remotos (4h)	A definir
A definir	Trabalho final do curso (20h)	A definir

Metodologia: O curso de pós-graduação em Atenção Psicossocial e Direitos Humanos será ofertado na modalidade remota com aulas síncronas, contando com seminários virtuais e presenciais em Manaus (no estado do Amazonas) e trabalho final do curso com variados formatos.

O curso está organizado em quatro módulos com duração de um semestre cada. As aulas acontecerão de forma síncrona nas sextas-feiras, das 18h às 22h (horário de Brasília) e aos sábados, das 8h às 12h e das 14h às 18h na periodicidade de uma ou duas vezes por mês, conforme cronograma proposto pela coordenação do curso.

Os seminários virtuais e presenciais serão agendados previamente pela coordenação do curso, conforme disponibilidade da turma e das(os) professoras(es).

A orientação do trabalho final do curso acontecerá individualmente de forma remota, sendo agendada conforme combinação entre orientando(a) e orientador(a).

O curso poderá utilizar a plataforma virtual de aprendizagem "Teams" e o CANVAS como meios de contato entre o aluno/a e a instituição.

Serão elaboradas, através dessas plataformas, as ferramentas específicas de interação entre docentes e discentes.

O conteúdo das disciplinas será sistematizado em diferentes formatos, a seguir especificados: • Ambiente Virtual com recursos de fórum, chat, E-mail, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; • Web conferências; • Aulas síncronas de uma a duas vezes por mês; • Seminários presenciais; • Seminários virtuais; • Plano de ensino com roteiro de estudo; • Material bibliográfico básico e complementar com textos em formato eletrônico (.doc ou .pdf), em número não especificado por módulo.

O Curso contará com atividades variadas, tais como: - Seminários, a cada semestre, de dois tipos: a) Seminários remotos com professores (as) convidados (as); e b) Seminários presenciais com a coordenação do curso, podendo contar com professores (as) convidados (as) de forma remota. Ambos serão agendados conforme disponibilidade da turma e das(os) professoras(es).

Trabalho final do curso com orientação que poderá ter diferentes modalidades de apresentação: artigo científico, capítulo de livro, projeto de intervenção ou projeto de pesquisa, documentos institucionais (formulação de material didático e/ou orientativo, fluxograma, POPs, podcast, etc). A escolha do formato, bem como sua elaboração será feita em acordo com o/a professor/a orientador/a.

Recursos didáticos: Videoaula síncrona no Meet, Moodle, material de apoio em formato pdf.

Avaliação e certificação: Obterá a certificação o aluno que: a) Participar dos Encontros online obtendo frequência de 75% no total das aulas; b) Ter aproveitamento de, no mínimo, 70% numa escala de 100 pontos, atribuídos a, pelo menos, uma atividade durante o curso e uma atividade de conclusão do módulo, de acordo com critérios da coordenação do curso; c) Ter aproveitamento de, no mínimo, 70% numa escala de 100 pontos, no trabalho final do curso

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Conforme informação fornecida pela Escola Judicial, documento SEI nº 1138580, estima-se a oferta de 50 (cinquenta) vagas de uma turma autofinanciada.

Tal estimativa se dá em virtude da estrutura física das salas de aula utilizadas pela EJUD; histórico de trabalho da EJUD, que oferece entre 30 e 60 vagas para cursos de natureza similar; cálculo de custos de pagamento de h/a, com base na Portaria de Remuneração nº 4378/2022, por orientador (examinador) de trabalho final e ônus ao erário público.

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

1. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA: oferece o curso de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, com o valor de 18x de R\$ 380,00, totalizando R\$ 6.840,00 por aluno. Porém oferece apenas a modalidade presencial no próprio campus, e o conteúdo programático não abrange todos os eixos disciplinares de interesse. [https://unifsa.com.br/site/pos\\_graduacao/saude-mental-e-atencao-psicossocial-2/#1597185139388-0646e6de-44b3](https://unifsa.com.br/site/pos_graduacao/saude-mental-e-atencao-psicossocial-2/#1597185139388-0646e6de-44b3)
2. Instituto Pedagógico Brasileiro - IPB: oferece o curso de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, com valor de 18x de R\$ 100,00, totalizando R\$ 1.800,00 por aluno. Porém oferece apenas 12 disciplinas. <https://www.institutoipb.com.br/cursos/pos-graduacao-ead/saude/saude-mental-e-atencao-psicossocial/>
3. Faculdade Arnaldo Janssen: oferece um curso de Atenção Psicossocial e Direitos Humanos, no valor total de R\$ 400.000,00, totalizando R\$ 8.000,00 por aluno, com duração de 36 meses e abrangendo todos os eixos disciplinares de interesse, conforme proposta (SEI nº 1242201).

Conclui-se, portanto, que a oferta da Faculdade Arnaldo Janssen possui os melhores eixos disciplinares levados em consideração conforme apontado no documento SEI nº 1138580.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Na presente demanda, não é vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Oferecer conhecimentos sobre atenção psicossocial e direitos humanos aos profissionais que atuam no campo da justiça e dos direitos, promovendo uma formação ética, técnica e crítica com enfoque interdisciplinar e no trabalho em rede.

Capacitar as/os profissionais frente à compreensão dos processos legais e como estes impactam na produção de subjetividade no contexto sociojurídico.

Promover a construção de estratégias qualificadas de intervenção nos diferentes espaços que constituem o campo da justiça e dos direitos.

Potencializar a análise crítica e reflexiva sobre as práticas e a produção de conhecimentos dos fenômenos psicológicos e sociais e suas relações nos âmbitos jurídico, sociojurídico e psicossocial.

## 12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado.

## 13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Em consonância com as diretrizes do art. 225 da Constituição Federal de 1988, a oferta do curso de Especialização em Atenção Psicossocial e Direitos Humanos aos servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas pode implicar em diferentes impactos ambientais que devem ser cuidadosamente analisados e mitigados. Abaixo, destacam-se os potenciais impactos e as medidas mitigadoras propostas:

### Potenciais Impactos Ambientais:

Consumo de Recursos Naturais: Possível aumento no consumo de recursos naturais, como energia elétrica e água, devido à realização de atividades remotas.

**Geração de Resíduos Eletrônicos:** Utilização intensiva de dispositivos eletrônicos para a realização do curso, resultando em potencial geração de resíduos eletrônicos.

**Deslocamento e Emissões de Gases:** Deslocamento desnecessário dos participantes para a realização do curso presencial poderia contribuir para emissões de gases de efeito estufa.

**Consumo de Materiais Didáticos:** Impressão de materiais didáticos pode gerar desperdício de papel e tinta, impactando negativamente o meio ambiente.

**Medidas Mitigadoras Propostas:**

**Eficiência Energética:** Estimular práticas de eficiência energética durante as atividades remotas, como o uso de equipamentos com certificação energética e conscientização sobre o consumo.

**Política de Descarte Responsável:** Implementar uma política de descarte responsável para equipamentos eletrônicos, promovendo a reciclagem e o reaproveitamento de materiais.

**Promoção de Modalidades de Ensino Remoto:** Incentivar a participação remota, reduzindo deslocamentos e, conseqüentemente, emissões de gases poluentes.

**Material Didático Digital:** Priorizar o uso de material didático em formato digital, minimizando o consumo de papel e contribuindo para a redução do impacto ambiental.

**Incentivo a Tecnologias Sustentáveis:** Recomendar o uso de dispositivos eletrônicos com materiais reciclados e/ou recicláveis, incentivando a indústria a adotar práticas mais sustentáveis.

**Embalagens Sustentáveis:** Exigir que todos os materiais de expediente sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, reduzindo a pegada ambiental.

Ao adotar essas medidas mitigadoras, o Tribunal de Justiça do Amazonas demonstra seu compromisso com a sustentabilidade ambiental, alinhando-se às normativas vigentes e contribuindo para a preservação do meio ambiente durante a realização do curso proposto.

#### **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item 6, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

## **ANEXO I**

### **MAPA DE RISCOS**

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO						
<p>Este mapa de Riscos compõe a fase inicial do planejamento estratégico para garantir a viabilidade técnica e econômica para o oferecimento de curso de Especialização em Atenção Psicossocial e Direitos Humanos aos servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas.</p> <p>A demanda surge em virtude da alta exigência relacionada à subjetividade dos casos, existem, na atualidade, aglutinamento de demandas que geram obstáculos à celeridade processual. Dado este motivo, propõe-se capacitação sobre atenção psicossocial, na interface com os direitos humanos, a fim de qualificar os servidores que trabalham com esse tipo de assistência.</p>						
FASE DE ANÁLISE						
Planejamento da Contratação						
RISCO 1						
Ausência de Pré Requisitos Corretos para a Contratação						
Probabilidade	X	BAIXA		MÉDIA		ALTA
Impacto		BAIXA	X	MÉDIA		ALTA
Id.	Dano					
1	Elaboração de ETP incompleto em razão da falta de informações no DFD					
Id.	Ação Preventiva			Responsável		
1	Incrementar Modelo de DFD a ser seguido			DVCOP		
2	O ETP só será iniciado mediante o DFD formalizado corretamente			DVCOP		
Id.	Ação de Contingência			Responsável		
1	Elaboração correta dos documentos de formalização de acordo com a Resolução 64/2023 TJAM e a Lei 14133/21			Setor Demandante		
2	Reunião com demandante para complemento de informações			Assessor Técnico de ETP		
3	Diligência à unidade demandante			Assessor Técnico de ETP		
4	Busca de informações junto ao mercado.			Assessor Técnico de ETP		
RISCO 2						
Atraso na Coleta de dados ou na Pesquisa						
Probabilidade		BAIXA	X	MÉDIA		ALTA
Impacto		BAIXA		MÉDIA	X	ALTA
Id.	Dano					
1	Atraso na Elaboração do ETP e conseqüentemente da Aquisição ou Contratação					
Id.	Ação Preventiva			Responsável		
1	Elaboração de um modelo e Procedimentos prévios para o ETP			Assessor Técnico de ETP		

2	Antecipação da Elaboração do ETP com base no PCA, quando possível.	Assessor Técnico de ETP				
3	Implementar um procedimento operacional interno detalhado para controlar os prazos de Estudo e Planejamento	Assessor Técnico de ETP				
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>				
1	Solicitar auxílio do setor demandante quando a pesquisa for de extrema complexidade	Assessor Técnico de ETP				
<b>RISCO 3</b>						
Pesquisa de Mercado acima do valor estimado no PCA						
Probabilidade		BAIXA	X	MÉDIA		
Impacto		BAIXA		MÉDIA		
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>					
1	Falta de previsão no PCA pode inviabilizar ou limitar a contratação					
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>				
1	Verificar se a compra está prevista no Plano de Compras Anual - PCA e se está dentro dos preços referenciais	Assessor Técnico ETP				
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>				
1	Verificação com a Administração sobre a adequação da demanda ao PCA ou flexibilização do valor estimado no Plano.	DVCOP				
<b>RISCO 4</b>						
Falta de atualização nas práticas e normativas						
Probabilidade	X	BAIXA		MÉDIA		ALTA
Impacto		BAIXA		MÉDIA	X	ALTA
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>					
1	Estudos Técnicos Preliminares que podem ensejar em licitações fracassadas ou contratações de baixa qualidade.					
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>				
1	Capacitação periódica de todos os envolvidos com cursos regulares para elaboração de estudos técnicos	DVCOP				
2	Elaborar um cronograma de cursos para os servidores envolvidos no processo de elaboração da Licitação como um todo.	Diretor DVCOP				
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>				
1	Refazimento do ETP	Assessor Técnico ETP				
<b>RISCO 5</b>						
Mudança dos requisitos do projeto durante a elaboração.						
Probabilidade		BAIXA	X	MÉDIA		
Impacto		BAIXA		MÉDIA		
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>					
1	Atraso na finalização do ETP					

Id.	Ação Preventiva	Responsável
1	Estudo prévio das contratações e aprovação da inclusão do projeto no PCA.	Setor demandante
2	Ampliar o estudo com as soluções já existentes no mercado	Setor demandante
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1	Reuniões ou diligências para fechamento do quesitos de contratação	Setor demandante, Assessor Técnico ETP, Diretor DVCOP

Manaus, *data do sistema*.

Thiago Lima dos Santos

Diretor da Divisão de Compras e Operações

Thais Senra Velloso Zacaron

Assessor Técnico-Administrativo de Compras e Operações



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO LIMA DOS SANTOS, Diretor(a)**, em 15/01/2024, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Senra Velloso Zacaron, Servidor**, em 15/01/2024, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1386119** e o código CRC **C2B3F752**.